

À Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Ribeirão Pires

**Ref.: Recurso Administrativo – Processo de Licitação
Chamada Pública nº 001/2025 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA
AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE**

RECURSO PARA NOVA CLASSIFICAÇÃO DA REQUERENTE NA CHAMADA PÚBLICA 001/2025.

Prezados membros da Comissão,

A **Associação APRUB** (Associação dos Produtores Rurais União do Brasil – Aprub), CNPJ 51.474.932/0001-07, da cidade de Promissão -SP, por meio de seu representante legal, presidente, infra-assinado, Denis Dutra da Silva, portador do CPF: 074.912.898-63, vem respeitosamente interpor **Recurso Administrativo** contra a decisão proferida na ata de julgamento publicada no dia 13/02/25, referente à classificação e divisão dos itens do processo licitatório em questão, com base no **Manual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar do FNDE – 2022 e na RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020.**

Destaca-se o **ART 35 da RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020** como o texto legal que embasa e qualifica toda nossa linha de argumentação, sendo que o que se encontra negrito/sublinhado são os temas mais relevantes sobre o caso concreto. Logo, temos abaixo o **ART 35 da RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020:**

- Art. 35 Para seleção, os projetos de venda (modelos no Anexo VII) habilitados devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

§ 1º Entende-se por local, no caso de DAP Física, o município indicado na DAP.

§ 2º Entende-se por local, no caso de DAP Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de DAPs Físicas registradas no extrato da DAP Jurídica.

§ 3º Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II - o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

III - o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

IV - o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

§ 4º Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 4º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) DAP(s).

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III - os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP);

a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 4º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme DAP Jurídica;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

1. Do Empate e da Necessidade de Divisão Equitativa

Conforme disposto no **Manual do FNDE 2022** e na **RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020**, em caso de empate, o critério correto a ser seguido é a **divisão equitativa da cota entre os proponentes habilitados**, desde que atendam aos critérios estabelecidos. No presente caso, verificamos que a **APRUB é composta 100% na soma de assentados e Quilombolas**, além de ser do Estado de SP, situação que lhe confere igualdade de condições em relação às cooperativas **COOPCRESP e DA TERRA**, também classificadas como 100% assentadas e dentro do Estado. Tal embasamento está estabelecido no Art. 35, § 4º, I, da RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020.

Art 35, § 4º, I, da RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020:

Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

Considerando que a divisão dos produtos foi acordada pela maioria entre as cooperativas envolvidas, **a APRUB também tem o direito de participar dessa**

divisão, pois se enquadra plenamente nos requisitos estabelecidos no edital , no **Manual do FNDE e na RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020**. A exclusão da APRUB dessa divisão caracteriza um descumprimento das diretrizes do programa e impõe uma restrição indevida à sua participação.

Conforme o **Manual do FNDE 2022 e o Art 35, § 4º, III, b) da RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020**, no caso de empate após a classificação dos proponentes, deve-se adotar o critério de **sorteio ou, havendo concordância entre as partes, optar-se pela divisão no fornecimento dos produtos** a serem adquiridos entre os produtores ou organizações finalistas.

Conforme mencionado, a APRUB deveria juntamente com os habilitados no item feijão ter sido declarada também vencedora, talvez houve uma má interpretação do Julgador no momento de analisar as CAF dos Grupos Formais, uma vez que não deve ter observado que Grupos Formais de Assentamentos e Quilombolas não tem prioridade entre si.

Dessa forma, requeremos a **correção da classificação do item 4 (feijão)**, garantindo que a APRUB tenha direito à participação na divisão desse produto, de acordo com os critérios estabelecidos no FNDE.

2. Do Item 5 – Leite em Pó

No que se refere ao **item 5 (leite em pó)**, a APRUB destaca que **também está situada dentro do Estado, sendo composta 100% por assentados e quilombolas**. Diferentemente da **COAPAR**, que não apresentou extrato da CAF/DAP com data de emissão e após diligência feita corretamente pela prefeitura constatou que a CAF da COAPAR tem **apenas 99,5% de assentados**, conforme ATA divulgada pela prefeitura. Já a APRUB preenche integralmente os requisitos do programa para **priorização no fornecimento deste item**.

Dessa forma, a decisão de classificar a **COAPAR como primeira colocada não está alinhada com as diretrizes do FNDE**, que priorizam as organizações **100% compostas por agricultores familiares assentados e quilombolas**. Assim, requeremos que a **APRUB seja classificada como primeira colocada** para o fornecimento do leite em pó, com a **COAPAR em segundo lugar**, garantindo o devido cumprimento da legislação vigente. **O Art 35 da RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 006 de 08 de maio de 2020 em seu § 4º, I, b)** reforça nosso embasamento em enfatizar que “têm prioridade as organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados”. Ou seja, a APRUB além de ter em seu quadro de associados 100% dos mesmos com CAF ativa, têm também 100% dos mesmos em grupo de preferência (98,70% Assentados pelo PNRA e 1,30% Quilombolas). Logo, a APRUB deve ganhar o item 5 (leite em pó) da concorrente em questão.

3. Do Pedido

Diante dos argumentos apresentados, requeremos que:


1. Seja **reconhecido o direito da APRUB** à divisão equitativa dos produtos com as demais cooperativas (**COOPCRESP e DA TERRA**), considerando sua composição 100% dentro do Estado e por assentados e quilombolas, especialmente no **item 4 (feijão)**;
2. Seja **retificada a classificação do item 5 (leite em pó)**, garantindo a **APRUB como primeira colocada e a COAPAR como segunda colocada**, em conformidade com as normas do FNDE;
3. Caso não seja acolhido o pedido imediatamente, seja concedido novo prazo para a apresentação de **defesa e complementação de documentos**.

Face ao exposto, é o presente **RECURSO** interposto tempestivamente, para **REQUERER** de V.Sas., a **RECLASSIFICAÇÃO** da **APRUB (Associação dos Produtores Rurais União do Brasil)**, perante os Grupo Formais citados, o que se enquadra como medida que espelha o condão fundamental do nosso sistema jurídico, com base na aplicação do Direito em aquiescência com a **JUSTIÇA**.

Certo de vossa atenção e aguardando a devida correção das decisões para garantir a isonomia e o cumprimento das diretrizes do FNDE, agradecemos antecipadamente.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
Promissão, 14 de Fevereiro de 2025.

Atenciosamente,



DENIS DUTRA DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 074.912.898-63